

O FIM DO ÊXODO RURAL?¹

Mauro Eduardo Del Grossi²

Clayton Campanhola³

José Graziano da Silva⁴

RESUMO – Os dados das PNADs mostram que na década de 90 houve uma diminuição do êxodo rural e até um pequeno crescimento da população rural em várias regiões do país, resultado do aumento de empregos não-agrícolas, de desempregados e de inativos (principalmente aposentados) residentes em áreas rurais. Essa tendência se repete nas diferentes regiões geográficas, excetuando-se a região Sul, que ainda manteve taxas negativas de crescimento da população rural nos anos 90. Neste texto são apresentadas também as principais mudanças que aconteceram no perfil ocupacional da população rural, com destaque para os empregados em serviços domésticos e ajudantes diversos que foram os que mais cresceram na última década. Apresenta-se ainda uma proposta para melhorar o engajamento da população rural em atividades não-agrícolas mais qualificadas.

Palavras-chave: êxodo rural, ocupações não-agrícolas, desenvolvimento rural.

A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA

Os dados da tabela 1 mostram a evolução da população brasileira no período 1981/99 segundo as aberturas clássicas (urbano/rural) processadas pelo IBGE.

Nos anos 1981/92 o crescimento da população total foi de 1,8% a.a., com um acentuado êxodo rural, fazendo com que a população rural decrescesse à taxa de 0,7% a.a.. Note-se que nesse período a taxa de crescimento do emprego rural agrícola, ainda que pequena, é positiva: + 0,4% a.a..

Os anos 1992/99 mostram um cenário completamente distinto e até certo ponto, inesperado: a população rural deixa de cair, embora o emprego rural agrícola passe a diminuir rapidamente. O que explica o aparente paradoxo é o crescimento do emprego rural não-agrícola, dos desempregados e dos inativos (especialmente os aposentados) residentes nas áreas rurais. Em outras palavras, o êxodo continua, mas agora parece ser mais um êxodo agrícola do que um êxodo rural. Note-se também que as pessoas ocupadas em atividades agrícolas com residência urbana - os 'bóias-frias' - também mostram uma queda de -1,6% a.a. nos anos 1992/99.

O interessante é observarmos a mudança a partir de 1996: a população rural que vinha caindo até então passa a crescer de 31,6 milhões em 1996 para 32,6 milhões em 1999, ou seja, em três anos houve um aumento de praticamente um milhão de pessoas residindo nas áreas rurais do país.

¹ Este trabalho faz parte do Projeto Rurbano - Fase III. IE/UNICAMP, Campinas - SP.

² Pesquisador do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, delgross@pr.gov.br

³ Pesquisador III do Embrapa Meio Ambiente, clayton@cnpma.embrapa.br

⁴ Professor Titular do Instituto de Economia – UNICAMP, graziano@eco.unicamp.br

Como se pode verificar pela comparação das taxas de crescimento demográfico no período 1996/99, ainda há um pequeno êxodo de população rural, mas muito menor que o verificado na primeira metade da década de 90.

Vale dizer que em 1996 o IBGE realizou uma contagem populacional que definiu os novos pesos de expansão da amostra das PNADs de 1997 em diante, bem como corrigiu os pesos utilizados nos anos anteriores (1992, 1993 e 1995). Ou seja, 1996 aparece como um ponto de inflexão na queda da população rural, mas isso pode ter acontecido antes e só ter sido "percebido" pelo IBGE quando da realização da contagem populacional.

Tabela 1. Evolução da população do Brasil^a no período 1981/99

	População (milhão de pessoas)				Taxa crescimento (% ao ano)		
	1981	1992	1996	1999	1981/92	1992/99	1996/99
URBANO	85,2	113,4	122,4	127,8	2,6 ***	1,7 ***	1,4 ***
Ocupados ^b	31,7	46,5	50,4	52,8	3,6 ***	1,8 ***	1,5 ***
Agrícola	2,6	3,7	3,4	3,4	3,3 ***	-1,6 ***	-0,2
Não-agrícola	29,1	42,9	47,0	49,3	3,6 ***	2,0 ***	1,6 ***
RURAL	34,5	32,0	31,7	32,6	-0,7 ***	0,2 ***	1,1 ***
Ocupados	13,8	14,7	13,9	14,9	0,6 ***	-0,2 ***	2,1 **
Agrícola	10,7	11,2	9,9	10,2	0,4 ***	-1,7 ***	0,4
Não-agrícola	3,1	3,5	4,0	4,6	1,2 ***	3,7 ***	6,1 **
Total	119,7	145,4	154,0	160,3	1,8 ***	1,4 ***	1,3 ***

Fonte: Tabulações especiais das PNADs de 1981 e de 1992 a 1999, Projeto Urbano, novembro 2000.

NOTAS: a) não inclui as áreas rurais da região Norte, exceto estado de Tocantins

b) PEA restrita, que exclui os não-remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente ao autoconsumo.

Em resumo, pode-se dizer que a segunda metade dos anos 90 mostra um cenário completamente diferente da década anterior: o êxodo rural perdeu força e a população rural brasileira voltou a crescer, o que não ocorria desde 1970⁵.

Isso se deve basicamente aos seguintes fatores:

- a) um crescimento vertiginoso das ocupações rurais não-agrícolas que passam a crescer a uma taxa anual de 6,1%, no período 1996/99. Note-se que das 1,5 milhão de ocupações rurais não-agrícolas criadas entre 1981/99, um milhão se deu entre 1992/99 e mais de 600 mil nos últimos três anos (1996/99);

⁵ O Censo demográfico de 1970 registrou uma população rural de 40 milhões de pessoas contra 38,8 milhões de 1960. Já em 1980 foram contadas 38,6 milhões e 35,8 milhões em 1991 residentes no campo no Brasil, incluindo as áreas rurais da região Norte não cobertas pelas PNADs. O fato da população rural decrescer entre um censo e outro dá uma idéia apenas aproximada do êxodo rural porque a cada censo há uma "expansão" dos perímetros urbanos dos municípios, o que por si reduz a população residente naquelas áreas urbanas periféricas que haviam sido consideradas rurais no censo anterior e que passaram a ser classificadas como urbanas no novo censo. Isso não ocorre com as PNADs que mantêm fixas as áreas tal como definidas no censo utilizado para definir a amostra. Por exemplo, a PNAD de 1990 registrou 37,5 milhões, ou seja, mais de 5 milhões de pessoas a mais residindo nas áreas redefinidas como rurais no censo de 1991 para o Brasil que somaram 32,1 milhões, excluídas as áreas rurais da região Norte. Ver a respeito, Graziano da Silva (1999).

- b) um crescimento cada vez mais rápido dos desempregados rurais que crescem à incrível taxa de 15,2% a.a. no período 1996/99 (ver tabela 5);
- c) uma manutenção do crescimento dos aposentados rurais;
- d) uma pequena recuperação da ocupação agrícola, que detalhamos a seguir.

A taxa de crescimento positiva (embora não significativa) da ocupação rural agrícola em 1996/99 se deve ao excepcional desempenho apresentado no ano de 1999, quando a PEA rural agrícola atingiu 10,2 milhões pessoas contra 9,6 milhões registradas em 1998. Dessas quase 600 mil pessoas a mais ocupadas em atividades agrícolas na zona rural, 460 mil eram da região Nordeste. Boa parte dessas pessoas estava ocupada no ano anterior nas frentes de trabalho da região e haviam sido contadas como empregados da construção civil e prestação de serviços, o que ajuda a entender também a queda das ocupações não-agrícolas entre 1998 e 1999.

A tabela 2, construída a partir dos dados publicados das PNADs, ajuda a entender o que foi essa recuperação da ocupação agrícola entre 1998 e 1999.

Tabela 2. População economicamente ativa ocupada em atividades agrícolas (PEA ampliada urbana + rural). Brasil, 1998/99 (1000 pessoas)

PEA agrícola ampliada	Brasil	(%)
- Total	1038	100,0
(autoconsumo)	(230)	(22,2)
(não-remunerados)	(426)	(41,0)
(conta-própria)	(140)	(13,5)
(empregados)	(234)	(22,5)
- Até 14 horas	266	25,6
(autoconsumo)	(224)	(21,6)
(não-remunerados)	(70)	(6,7)
(conta-própria)	(-38)	-
(empregados)	(6)	-
- 15 horas ou mais	772	74,4
(autoconsumo)	(6)	-
(não-remunerados)	(356)	(34,3)
(conta-própria)	(177)	(17,1)
(empregados)	(229)	(22,1)

Fonte: PNAD, 1998 e 1999 (dados publicados, PEA ampliada)

Note-se que do aumento de pouco mais de um milhão de pessoas que foram identificadas como ocupadas em atividades agrícolas em 1999 quando comparadas a 1998, 22% se dedicavam exclusivamente ao autoconsumo e outras 55% estavam ocupadas na agricultura familiar como trabalhadores por conta-própria ou como não-remunerados. Além disso, 25% desse um milhão declarou trabalhar menos de 14 horas na semana. Os empregados agrícolas com 15 horas ou mais de trabalho na semana aumentaram em apenas 229 mil, o que representou pouco mais de 22% do crescimento da ocupação agrícola total registrada pelos dados da PNAD em 1999.

A tabela 3 mostra a evolução da população brasileira segundo as diferentes aberturas das áreas censitárias disponíveis nas PNADs. Essas aberturas procuram dar conta do *continuum* existente entre as áreas urbanas urbanizadas, que possuem toda a

infra-estrutura e os serviços públicos básicos (luz, água e coleta de lixo) até aquelas áreas rurais destinadas exclusivamente à exploração agropecuária (rural exclusivo).

O Projeto Rurbano, na fase III, agrupou em quatro as oito diferentes aberturas disponíveis nas PNADs, para apreender melhor as situações intermediárias desse *continuum* que vai do urbano-urbanizado ao rural exclusivamente agropecuário. Essas duas categorias intermediárias são: a periferia, formada por aquelas áreas formalmente definidas como urbanas, mas que não dispõem da infra-estrutura e dos serviços que deveriam caracterizá-la; e os povoados, que se constituem em aglomerações rurais e urbanas isoladas, não possuindo assim nenhuma contigüidade com centros urbanos⁶.

Tabela 3. Evolução da população total segundo diferentes áreas censitárias. Brasil, 1992-99

Situação do domicílio		Pop. (milhões pessoas)			Distribuição (%)	Taxa de crescimento (% a.a.)	
		1992	1996	1999		1992/99	1996/99
Urbano	urbanizado	111,9	120,6	125,8	78,4	1,7 ***	1,4 ***
	Periferia	1,9	2,2	2,5	1,5	3,7 ***	4,1 **
	Urbano não urbanizado	0,8	0,9	1,1	0,7	8,2 ***	7,3 *
	Rural extensão urbano	1,2	1,3	1,3	0,8	1,9 ***	1,7 ***
	Povoados	4,2	4,4	4,6	2,9	1,8 ***	1,8 **
	Urbano isolado	0,8	0,9	0,9	0,6	4,1 ***	2,8
	Rural povoados	3,4	3,5	3,7	2,3	1,3 ***	1,6
	Rural outros	0	0	0	0,0	16,1 ***	-0,8
	Rural privado	27,4	26,8	27,5	17,2	0,0	1,0 ***
	Rural núcleo	0,1	0,1	0	0,0	-8,3 **	-9,8
	Rural exclusivo	27,3	26,7	27,5	17,1	0,0	1,0 ***
	Urbano	113,4	122,4	127,8	79,7	1,7 ***	1,4 ***
	Rural	32,0	31,6	32,6	20,3	0,2	1,1 ***
	Total	145,4	154,0	160,3	100,0	1,4 ***	1,3 ***

Notas e fontes: as mesmas da tabela 1.

Os dados apresentados na tabela 3 mostram que 78,4% da população brasileira vivia em áreas urbanas urbanizadas em 1999 contra apenas 17,2% que habitava o rural privado, assim designado para ressaltar o caráter das explorações agropecuárias que aí predominam. Esses valores diferem pouco da caracterização clássica oficial que aponta para quase 80% da população residindo em áreas urbanas em 1999 contra pouco mais de 20% em áreas rurais. Ou seja, se considerarmos apenas as áreas urbanas urbanizadas, encontraremos aí 78,5% da população brasileira registrada pela PNAD em 1999, contra apenas 17,2% no rural privado; o restante (4,3%) reside em áreas intermediárias (periferias e povoados) desse “continuum rural-urbano”.

⁶ Para uma explicação mais detalhada dessas áreas, ver Souza (2000).

Se atentarmos para as taxas de crescimento apresentadas na tabela 3, vamos notar que há mudanças importantes na segunda metade da década. O crescimento da periferia - em especial daquelas áreas urbanas não-urbanizadas - que já era o maior no período 1992/99, acelerou-se ainda mais após 1996. Vale a pena chamar a atenção para a pequena proporção da população brasileira residindo nessas áreas periféricas - menos de 2% segundo os dados das PNADs. Em alguns estados - como é caso do Paraná, analisado por Souza (2000) - não há nem mesmo registro de domicílios nessas categorias de urbano não-urbanizado e rural extensão do urbano. Infelizmente, até o momento não dispomos de nenhuma explicação razoável para isso, dado que a nossa percepção da realidade era de que, ao contrário, a fração da população residente nessas áreas periféricas deveria ser bastante elevada.

Surpreende também encontrar uma taxa de crescimento populacional acima da média para os povoados, em função das constantes notícias veiculadas pela mídia de esvaziamento do nosso sertão interiorano.

Mas surpreende ainda mais a retomada do crescimento da população rural residente naquelas áreas consideradas exclusivamente rurais, onde predominam as explorações agropecuárias: depois de 1996, a taxa de crescimento foi de 1% a.a., que ainda é menor que a da população total, mas altamente significativa. Isso representou cerca de 700 mil residentes dentro de um milhão de pessoas a mais registradas nas áreas rurais entre 1996 e 1999. Um detalhe importante: a forte queda da população que habita os núcleos rurais, que são, no nosso entender, as antigas "colônias" das fazendas, levando praticamente ao seu desaparecimento. Embora consistente com as notícias de destruições das habitações rurais em algumas áreas do país, como nas regiões canavieiras da Zona da Mata Nordestina e no interior dos estados de São Paulo e Paraná (Graziano da Silva, 1999), cremos que é preciso um aprofundamento das análises dessas diferentes categorias de áreas censitárias "intermediárias" entre o urbano urbanizado e o rural exclusivo para verificar se de fato elas estão captando os fenômenos dessa nova ruralidade que estamos procurando mostrar.

AS DIFERENÇAS REGIONAIS

Nesta seção iremos analisar a evolução da população rural e urbana segundo as diferentes regiões que adotamos no Projeto Rurbano: Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste menos SP, São Paulo e Sul⁷.

⁷ A justificativa para esse corte regional pode ser encontrada em Del Grossi (1999).

Tabela 4. População e taxas de crescimento segundo as regiões. Brasil^a, 1992/99

Regiões	População (milhões de pessoas)		Taxas de crescimento (% a.a.)	
	1992	1999	1992/99	1996/99
NORDESTE	43,0	46,4	1,1 ***	1,1 ***
urbana	26,3	29,5	1,7 ***	1,0 ***
rural	16,7	16,9	0,2	1,1 ***
CENTRO-OESTE	10,7	12,4	2,2 ***	2,1 ***
urbana	8,4	10,0	2,4 ***	2,3 ***
Rural	2,2	2,5	1,4 ***	1,3
SUDESTE - SP	31,5	34,1	1,1 ***	1,1 ***
Urbana	26,3	28,7	1,3 ***	1,2 ***
rural	5,3	5,4	0,4 ***	0,6 *
SÃO PAULO	32,2	35,9	1,6 ***	1,5 ***
urbana	30,0	33,4	1,6 ***	1,4 ***
rural	2,2	2,5	1,3 ***	3,0 **
SUL	22,4	24,5	1,3 ***	1,2 ***
urbana	16,8	19,2	1,9 ***	1,5 ***
rural	5,6	5,3	-0,8 ***	0,2
BRASIL ^a	145,4	160,3	1,4 ***	1,3 ***
urbana	113,4	127,8	1,7 ***	1,4 ***
rural	32,0	32,6	0,2	1,1 ***

Fonte e notas: as mesmas da tabela 1.

A tabela 4 apresenta a população total, rural e urbana por região e suas respectivas taxas de crescimento. Chama a atenção de imediato o fato de que somente a região Sul ainda mantém taxas negativas de crescimento da população rural nos anos 90, muito embora ela apareça zerada após 1996, uma vez que a pequena taxa positiva não se mostrou estatisticamente diferente de zero.

Em todas as outras regiões, as taxas de crescimento da população rural nos anos 90 foram positivas; e quando tomamos o período mais recente (1996/99) elas são maiores que a média do período 1992/99, indicando que houve uma aceleração do crescimento da população rural em todas as regiões do país no final dos anos 90.

Note-se que apenas no Sudeste (sem São Paulo), no Centro-Oeste e no Sul as taxas de crescimento da população rural na segunda metade da década são muito inferiores às taxas de crescimento da população total, indicando que o êxodo rural continua forte nessas regiões. No Nordeste e no estado de São Paulo, as taxas de crescimento da população rural no período 1996/99 estão muito próximas do crescimento demográfico das regiões, indicando um êxodo rural muito pequeno. Em São Paulo observamos algo inédito: as taxas de crescimento da população rural em 1996/99 são o dobro da taxa de expansão demográfica do estado, indicando que pode ter havido uma verdadeira "volta aos campos" nesses últimos anos do século XX⁸.

⁸ Parte desse crescimento da população rural é migração de outras regiões para São Paulo, grande parte da qual ainda é uma migração rural-rural de pessoas que vêm trabalhar na colheita da cana e café.

Tabela 5. PEA rural total, agrícola, não-agrícola e procurando emprego e respectivas taxas de crescimento. Brasil e regiões, 1992/99

Regiões	População (milhões de pessoas)		Taxas de crescimento (% a.a.)	
	1992	1999	1992/99	1996/99
NORDESTE	7,33	7,75	0,3	3,9 ***
agrícola	5,56	5,5	-0,5 ***	2,4
não-agrícola	1,60	2,04	2,5 *	7,7 *
desempregado	0,17	0,21	4,4 ***	6,5 ***
CENTRO-OESTE	1,02	1,12	1,3 ***	3,1 *
agrícola	0,77	0,71	-1,7 ***	1,7 ***
não-agrícola	0,24	0,36	7,5 ***	5,4
desempregado	0,02	0,05	18,0 ***	9,2 *
SUDESTE - SP	2,36	2,48	0,2	1,6
agrícola	1,68	1,59	-1,7 ***	-0,7
não-agrícola	0,63	0,78	3,4 ***	4,0 ***
desempregado	0,05	0,11	13,6 ***	25,5 ***
SÃO PAULO	1,05	1,19	1,0 ***	3,5 ***
agrícola	0,61	0,47	-5,0 ***	-3,4 ***
não-agrícola	0,39	0,59	5,7 ***	6,7 ***
desempregado	0,04	0,13	18,2 ***	25,3 ***
SUL	3,24	2,91	-1,6 ***	-0,9 ***
agrícola	2,57	1,97	-3,9 ***	-3,3 ***
não-agrícola	0,64	0,85	4,3 ***	4,1 ***
desempregado	0,03	0,09	18,0 ***	20,8 ***
BRASIL ^a	15,00	15,45	2,3 *	2,5 ***
agrícola	11,09	10,23	-1,7 ***	0,4
não-agrícola	3,50	4,62	3,7 ***	6,1 **
desempregado	0,31	0,60	10,8 ***	15,2 ***

Fonte e notas: as mesmas da tabela 1.

A tabela 5 ajuda a entender esse fenômeno do crescimento da população rural nas várias regiões do país. Note-se que não há crescimento do emprego agrícola: as únicas taxas positivas ocorreram no Centro-Oeste e no Nordeste no período 1996/99, mas esta última não se mostrou significativa. Nas demais regiões as taxas são negativas e significativas, pelo menos para o período maior (1992/99). Ou seja, o emprego agrícola caiu nos anos 90 na maior parte do país.

Em compensação, as taxas de crescimento da população rural ocupada em atividades não-agrícolas foram elevadas e, com exceção da região Sul onde se manteve praticamente constante, mostram uma aceleração quando se considera apenas a segunda metade da década (1996/99).

Mas o dado que mais surpreende na tabela 5 é o forte crescimento das pessoas residentes no meio rural que estavam procurando emprego na semana de referência da pesquisa. E também aqui nota-se claramente uma aceleração da taxa de crescimento no período 1996/99.

A tabela 6 mostra o crescimento da população inativa residente em áreas rurais, em particular dos aposentados, que completa a nossa explicação para o crescimento da população rural. Observe-se que há um forte crescimento da população inativa residente na zona rural em praticamente todas as regiões, em especial do contingente de aposentados.

Tabela 6. População rural inativa, aposentados e respectivas taxas de crescimento. Brasil, 1992/99

Regiões	População (milhões de pessoas)		Taxas de crescimento (% a.a.)			
	1992	1999	1992/99		1996/99	
NORDESTE	4,68	5,15	2,1	***	-0,7	
Aposentados	0,84	1,15	5,0	***	1,4 *	
CENTRO-OESTE	0,64	0,77	2,8	***	0,2	
aposentados	0,06	0,1	9,3	***	5,7 **	
SUDESTE - SP	1,61	1,85	2,3	***	1,0	
aposentados	0,27	0,44	6,6	***	6,7 **	
					*	
SÃO PAULO	0,66	0,85	3,0	***	4,1 *	
aposentados	0,10	0,15	6,1	***	5,9 *	
SUL	1,19	1,34	2,1	***	2,5 *	
aposentados	0,25	0,39	5,6	***	4,7 *	
BRASIL ^a	8,78	9,96	2,2	***	0,5	
aposentados	1,52	2,2	5,7	***	3,4 **	

Fonte e notas: as mesmas da tabela 1.

Em resumo, podemos dizer que a população rural vem crescendo nas diferentes regiões do país pela soma desses três grupos de pessoas: os ocupados em atividades rurais não-agrícolas, os desempregados e os inativos, neste caso os aposentados rurais em particular.

AS MUDANÇAS NO PERFIL OCUPACIONAL DA PEA RURAL NOS ANOS 90

As tabelas 7 e 8 apresentam a evolução das principais ocupações não-agrícolas, segundo os diferentes ramos de atividade classificados pelas PNADs para o Brasil, no período 1992/99.

Tabela 7. Evolução das principais ocupações rurais não-agrícolas, segundo o ramo de atividade. PEA restrita. Brasil, 1992/99 (1.000 pessoas)

Ocupação Principal	1992	1995	1997	1999	1992/99 % a.a.	1996/99 % a.a.
serviços domésticos	408	490	537	557	4,6 ***	1,9 *
ajudante diversos	113	111	120	311	10,1	58,2 *
pedreiro	182	204	246	264	7,4 ***	7,4 **
serviços conta própria	178	185	207	205	1,7 ***	2,2
balconista atendente	128	145	174	196	7,2 ***	3,8 *
motorista	128	128	158	174	6,1 ***	3,7 **
profes. prim. grau inicial	169	176	162	172	-1,1	2,2 *
servente faxineiro	137	120	137	148	1,9	5,7
ajudante pedreiro	83	121	129	132	5,3 ***	-1,8
cozinheiro (não domést.)	67	75	93	110	5,6 ***	9,2 *
TOTAL	3.497	3.883	4.087	4.620	3,7 ***	6,1 **

Fonte: Projeto Rurbano, tabulação especial, dez. 2000.

Tabela 8. Relação dos ocupações rurais não-agrícolas que mais crescem e decrescem. Brasil, 1992/99.

Ocupações (PEA restrita)	1999-1992 (1.000)
ocupações que mais crescem	
ajudante diversos	197,8
serviços domésticos	149,2
pedreiro	81,6
balconistas atendentes	67,5
ajudante pedreiro	48,2
motorista	46,3
cozinheiro (não domést.)	42,4
ambulante - outros	36,1
profes. primeiro grau	26,7
técnicos industriais div	24,9
diarista doméstica	23,7
ocupações que mais decrescem	
costureiro alfaiate	-31,5
forno em olaria	-26,1
moendeiro	-21,6
passadeira (não domést.)	-19,1
chapeleiro (palha)	-18,6

Fonte: Projeto Rurbano, tabulação especial, dez. 2000.

Note-se que, ao contrário do que ocorreu entre as ocupações agrícolas, aqui a maioria das taxas apresentadas são positivas e altamente significativas, refletindo o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas nos anos 90.

Entre as ocupações rurais não-agrícolas que mais cresceram destacam-se os empregados em serviços domésticos e ajudantes diversos, que somados perfazem um terço das 1,1 milhão de pessoas a mais ocupadas residindo em áreas rurais do país, no período 1992/99. Note-se que a maioria das novas ocupações demanda pessoas de baixo

nível de qualificação, muito provavelmente egressos das ocupações agrícolas de trabalho rural, como ambulantes, diaristas, guardas, vigias, atendentes de serviços gerais, etc. As exceções são as ocupações de pedreiro, motorista, cozinheiro (não doméstico), professores primários, técnicos industriais e auxiliares de serviços médicos, que todavia, somados, não alcançam o total de 250 mil pessoas ocupadas a mais em 1999, o que representa menos de um quinto dos novos postos gerados de ocupações rurais não-agrícolas no país nos anos 90.

Note-se que as profissões rurais que decrescem são atividades em extinção, típicas de um período manufatureiro anterior, como alfaiate (costureiro homem), forneiro, moendeiro, passadeiro e chapeleiro de palha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infelizmente, essa característica de gerar ocupações que exigem baixo nível de qualificação, estando grande parte delas enquadradas na categoria de prestação de serviços domésticos, não é uma particularidade apenas do meio rural brasileiro. As análises do mercado de trabalho urbano, nos anos 90, também mostram que as ocupações que mais cresceram são as de serviços pessoais – especialmente aquelas de âmbito doméstico -, ficando as “ocupações técnicas” para um pequeno “nicho” de inserção de “novos profissionais” altamente qualificados.

Em análise quanto ao gênero das pessoas envolvidas nas ocupações não-agrícolas na PEA rural brasileira, Del Grossi (1999) observou que as ocupações de serviços domésticos, professores de primeiro grau e costureiros eram típicas de mulheres, enquanto pedreiros, motoristas e serventes de pedreiros eram ocupações masculinas. Balconistas-atendentes, ambulantes e diversos tinham participações mais ou menos equilibradas de homens e mulheres. O autor concluiu que, na média do Brasil, as participações masculina e feminina na PEA rural não-agrícola eram equilibradas.

Em outra pesquisa realizada no estado de São Paulo, Balsadi (2000) preocupou-se com o engajamento de homens e mulheres residentes no meio rural nas atividades não-agrícolas, analisando o emprego rural não-agrícola no período de 1992/98. Com a finalidade de comparar os grupos de ocupações agrícolas e não-agrícolas quanto às condições de trabalho, o autor propôs um índice de qualidade do emprego (IQE), que agrupava indicadores referentes ao rendimento no trabalho principal, ao grau de formalização do trabalho e aos benefícios recebidos pelos empregados.

Os resultados mostraram que, para os homens residentes no meio rural não-metropolitano no final dos anos 90, todos os grupos de ocupações não-agrícolas (indústria de transformação, comércio não-especializado, motoristas, serviços domésticos, serviços não-domésticos e construção civil) apresentaram IQEs melhores do que o grupo das ocupações de trabalhadores permanentes e temporários. A exceção ficou para o grupo dos operadores agrícolas, cujo IQE superou os serviços domésticos e a construção civil. E no caso das mulheres empregadas e residentes no meio rural não-metropolitano, os serviços domésticos, que ocupam quase a metade das mulheres engajadas em atividades não-agrícolas, apresentaram um IQE pior que as próprias ocupações agrícolas. Porém, cabe registrar uma importante exceção: o IQE do grupo de ocupações dos serviços domésticos superou aquele dos trabalhadores temporários (trabalho volante, que ocupava grande parte das mulheres), que é aparentemente de onde se deslocou a mão-de-obra feminina em direção aos serviços domésticos e a outras

ocupações não-agrícolas. Por outro lado, a inserção das mulheres na indústria de transformação, nos ensinos público e privado, no comércio não-especializado e nos serviços não-domésticos ofereciam condições bem mais favoráveis do que o trabalho na agricultura.

Em resumo, os IQEs para homens e mulheres indicaram que com os diferentes progressos relativos observados no período 1992/98, praticamente, a única inserção no emprego não-agrícola mais precária do que o trabalho na agricultura ocorreu nos serviços domésticos para as mulheres; contudo, esta modalidade ocupacional superava o trabalho volante, que era o que predominava para as mulheres na agricultura.

Na nossa opinião, para que se melhore a perspectiva de inserção da população rural no mercado de trabalho diferenciado e em igualdade de condições com a população urbana são necessárias ações locais que visem oferecer, além da educação formal, cursos profissionalizantes em temas que estejam integrados à realidade sociocultural e econômica de cada região.

Pode-se, por exemplo, capacitar pessoas rurais para que elas se tornem empreendedoras e donas do seu próprio negócio. Outras podem ser treinadas para atuarem nos ramos de serviços mais qualificados, tais como: técnicos em informática, auxiliares administrativos, técnicos em eletro-eletrônica, mecânicos industriais, mecânicos de veículos, gerentes de hotéis e pousadas rurais, monitores e guias turísticos, instrutores de práticas esportivas, entre outros. Pode-se também aproveitar o conhecimento local, melhorando a qualidade dos produtos gerados, como aqueles do artesanato e das artes plásticas. Além disso, pode-se investir na capacitação dos próprios agricultores na gestão das suas atividades, na diversificação de produtos e no aproveitamento dos “nichos” do mercado local. Não se pode esquecer que as mulheres e os jovens também devem ser incluídos em todas as modalidades de capacitação mencionadas. Somente assim vai-se promover a diferenciação social de alguns membros das famílias rurais, contribuindo para que haja uma melhoria da sua renda agregada.

Uma das ações do Estado, neste caso, poderia ser a de ajudar a identificar as demandas reais e potenciais do mercado local no sentido de direcionar os empreendimentos e as ações de capacitação técnica e administrativa, com os objetivos de contribuir para a fixação das famílias no campo e de melhorar a sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPANHOLA, C., GRAZIANO DA SILVA, J. (eds.). **O Novo Rural Brasileiro**. Jaguariúna – SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000. (4 vols.)
- DEL GROSSI, M.E. **A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1991-1995**. Campinas - SP: IE/Unicamp, 1999. Tese, Doutorado
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas – SP: IE/Unicamp, 2^a ed, 1999. (Série Pesquisa, 1).
- KLEIN, E. **El empleo rural no agrícola en America Latina**. Santiago de Chile: PREALC. 1992. (Documento de Trabajo 364)
- MONTEIRO, M. J. Preços agrícolas: Trinta anos de queda. **Rev. Agroanalysis**, Rio de Janeiro, fevereiro, p.26-27, 1998.
- SOUZA, M. de. **Desenvolvimento Rural no Paraná**. Campinas - SP: FEAGRI/Unicamp, 2000. Tese, Doutorado.
- WELLER, J. El empleo rural no agropecuario en el istmo Centroamericano. **Revista de la Cepal**, v.62, p.75-90, 1997.